

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 96/XVI/1.ª

### CONSTRUÇÃO DO NOVO HOSPITAL DA REGIÃO DO OESTE COM INVESTIMENTO NAS ATUAIS INFRAESTRUTURAS PARA CUIDADOS DE SAÚDE EM PROXIMIDADE

O Centro Hospitalar do Oeste foi criado em 2012 por fusão dos então Centro Hospitalar Oeste Norte e Centro Hospitalar de Torres Vedras, passando a ser constituído por três unidades – Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras – e procedendo-se ao encerramento do Hospital do Barro, bem como muitos outros serviços que passaram a concentrar-se em uma unidade em específico.

A criação deste e de outros Centros Hospitalares foi orientada única e exclusivamente pelo intuito de concentrar, cortar e ‘poupar’ na saúde, isto é, à custa do acesso à saúde por parte das populações. Como consequência, em Torres Vedras, encerrou-se o bloco de partos, a maternidade, o serviço de neonatologia, o internamento pediátrico e o serviço e internamento de ginecologia obstétrica e respetiva urgência. Estes serviços passaram a estar disponíveis apenas em Caldas da Rainha que, por sua vez, viu encerrar os serviços de pneumologia e de ortopedia, que passaram a estar concentrados na unidade de Torres Vedras. O encerramento de serviços em ambos hospitais serviu para dispersar os cuidados de saúde no território e não foi contrariado com a inauguração de novos serviços, como por exemplo, unidades de cuidados intensivos e cuidados intermédios, inexistentes em toda a região Oeste, com 300 mil utentes.

Como sempre, este tipo de opções não trouxe nem melhoria dos cuidados de saúde nem nenhum tipo de poupança.

Nos últimos anos têm sido vários os episódios de encerramentos de urgências e de outros serviços por falta de profissionais para os assegurar, por exemplo, os serviços de urgência geral e de urgência obstétrica nas Caldas da Rainha, o serviço de urgência do

hospital São Pedro Gonçalves Telmo, em Peniche, ou os encerramentos consecutivos na urgência pediátrica do hospital de Torres Vedras. Foi o próprio CHO que o referiu, no seu Plano de Atividades e Orçamento de 2022–2024, que a carência de médicos em várias especialidades, “coloca em causa a própria função do Centro e a capacidade de manter em funcionamento a Urgência e o Bloco Operatório”.

Nesses mesmos anos aumentou os gastos com prestadores e entidades externas. Por exemplo, em 2021, o CHO gastou quase €9 milhões em prestação de serviços médicos, para 263.700 horas, continuando as urgências a ser o serviço que consome quase 90% dessa verba. São crescimentos na casa de mais de 20% de horas e de verbas por ano, diretamente para entidades privadas de prestação de serviços. No próprio Relatório de Contas, o CHO refere que a despesa em tarefeiros era a terceira maior do país.

Esta situação não melhorou nem foi minimamente invertida pela criação da Unidade Local de Saúde do Oeste (ULS do Oeste). Já se sabia, aliás, que essa alteração essencialmente gestionária e administrativa não resolveria nenhum problema de saúde, tendo em conta as experiências já existentes no território e os estudos que apontavam para a inexistência de ganhos em saúde com a organização ULS em comparação com outras organizações.

A única coisa que melhora, de facto, o acesso à saúde e a qualidade dos serviços prestados é o investimento. Por isso é que é essencial que, de uma vez por todas, se construa o novo hospital do Oeste. Sem este investimento, que deve ser considerado absolutamente prioritário, continuará a faltar, à população do Oeste, uma unidade de cuidados intensivos, unidades de cuidados intermédios, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, unidade de preparação de citotóxicos e camas em número suficiente para internamentos. Continuará a faltar aos cuidados de saúde da região do Oeste capacidade para atrair e reter profissionais de saúde e especialistas, assim como capacidade para ter serviços e valências cada vez mais diferenciadas.

O novo hospital do Oeste é uma obra reclamada há vários anos pelas populações de vários concelhos. É uma obra necessária para melhorar os cuidados de saúde na região e permitir a sua diferenciação, razão pela qual o Bloco de Esquerda tem defendido a construção deste novo hospital complementada com o reforço de transportes e com o aproveitamento das infraestruturas de Peniche, Caldas da Rainha e Torres Vedras para respostas de saúde em proximidade.

É um investimento que não pode esperar mais e que não pode dar passos atrás. Há já um estudo realizado sobre a localização do novo hospital. Os próximos passos devem ser o do início do projeto e de construção deste novo hospital e, concomitantemente, a recuperação das atuais infraestruturas para a sua adaptação futura para serviços de saúde em proximidade. Por exemplo, consultas externas de algumas especialidades (ex.: Medicina Interna, Ortopedia), hospital de dia, tratamentos de reabilitação, e cuidados continuados.

Esse é o sentido desta iniciativa do Bloco de Esquerda: concretizar a construção, o mais rapidamente possível, do novo hospital para a região do Oeste, dando cumprimento ao estudo já realizado sobre a sua localização, no concelho do Bombarral, ao mesmo tempo que se salvaguarda o acesso das populações, através de um sistema de transportes eficaz, e a proximidade de cuidados de saúde, através do investimento e reabilitação das infraestruturas já existentes em Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 – Concretize o mais rapidamente possível a construção do novo hospital do Oeste, em cumprimento do estudo de localização já realizado;
- 2 – Assegure um sistema de transportes eficaz em toda a região que permita às populações de toda a região o fácil acesso ao futuro hospital;
- 3 – Invista nas três unidades hospitalares existentes – Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras – de forma a melhorar as suas condições atuais e a adaptá-las no futuro a serviços de saúde em proximidade, como consultas externas de algumas especialidades, hospital de dia, tratamentos de reabilitação, e cuidados continuados.

Assembleia da República, 10 de maio de 2024.  
As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,

Isabel Pires; Fabian Figueiredo; Joana Mortágua; José Soeiro; Mariana Mortágua